

Priorização do 1º Grau da Justiça

A nossa meta é você

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA E DE INSTALAÇÃO DO COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Data: 31/07/2019 – 10h às 12h

Local: Sala do Juiz Assessor da Presidência

Facilitador: Dr. Vitor Gambassi Pereira, Juiz Assessor da Presidência, Juiz Gestor de Metas e Ouvidor

OBJETIVOS DA REUNIÃO

Iniciados os trabalhos, o Exmo. Desembargador Presidente, Des. Carlos Eduardo Cauduro Padin, declarou instalado o Comitê Orçamentário e Gestor de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição, com os votos de que o Comitê possa contribuir para a melhoria dos trabalhos das zonas eleitorais.

Ato contínuo, registrou-se a ausência por motivo previamente justificado da Dra. Ana Leticia Oliveira dos Santos – Juíza da 128ª Zona Eleitoral – São Luís do Paraitinga; bem como a presença do servidor Mário Tsuyoshi Endo - Coordenador Contábil e Financeiro, representando o servidor Carlos Yukio Fujimoto, Secretário de Orçamento e Finanças, e da servidora Maria Silvia Viana Dell'Agnolo Vivan - Coordenadora de Assuntos Judiciários e Fiscalização do Cadastro, representando a servidora Priscilla Carmo Lima Rico Madureira, Chefe da Seção de Atendimento e Apoio às Zonas Eleitorais.

Para conferir maior agilidade na comunicação entre os membros do Comitê decidiu-se pela criação de grupo específico no whatsapp.

Na sequência, passou-se a discorrer sobre os temas da pauta como segue.

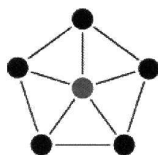
- 1) Informar superveniência da Portaria TRE/SP n.º 218/2019, em substituição à Portaria TRE/SP n.º 142/2019 e instituição do *Comitê Orçamentário e Gestor de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição, no âmbito da Justiça Eleitoral do Estado de São Paulo*.

O servidor Cláudio Cristiano Abreu Côrrea – Diretor-Geral discorreu sobre a unificação do Gestor de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição de que trata a resolução CNJ n. 194/2014 e do Comitê Orçamentário, previsto na Resolução CNJ n. 195/2014, e ressaltou a relevância do papel do comitê para a coleta de subsídios para a elaboração do planejamento orçamentário institucional, embora no âmbito da Justiça Eleitoral não exista subdivisão do orçamento entre 1º e 2º graus de jurisdição.

- 2) Eleição do Presidente do Comitê:

Colocado o assunto em pauta, foi eleito, por aclamação, o Dr. Francisco Carlos Inouye Shintate - Juiz da 1ª Zona Eleitoral – São Paulo – Bela Vista.

- 3) Designação do Secretário:



Priorização do 1º Grau da Justiça

A nossa meta é você

Colocado o assunto em pauta, os presentes decidiram pela designação do servidor Paulo Eneas Rossi - Chefe de Cartório da 355ª Zona Eleitoral – Cerquilha, para secretariar os trabalhos do Comitê.

4) Definição do calendário de reuniões:

Os presentes deliberaram no sentido de realizar uma nova reunião no dia 23 de agosto, às 10 horas, e pela posterior fixação da data dos encontros subsequentes.

5) Publicação das atas e pautas:

No curso da reunião, registrou-se a necessidade de publicação prévia das pautas da reunião do comitê, bem como a necessidade de publicação da ata com as deliberações do Comitê. Ficou acordado que a Secretaria do Tribunal destinará uma área na internet e na intranet do Tribunal para essas publicações, preferencialmente aproveitando a mesma área destinada às publicações de pautas e atas relativas às reuniões do Conselho de Representantes dos Cartórios Eleitorais.

6) Informar atribuições do Comitê:

No curso da reunião foram enfatizadas as atribuições do Comitê e a relevância de sua atuação como órgão de integração entre a Administração, magistrados e servidores do 1º Grau de Jurisdição, atentando, especialmente, para o exercício das seguintes atribuições:

I – fomentar, coordenar e implementar os programas, projetos e ações vinculados à Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição;

II – promover a integração e comunicação entre os magistrados e os servidores lotados nos Cartórios Eleitorais;

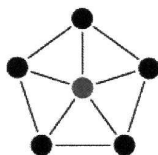
III – atuar na interlocução com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, com a Rede de Priorização do Primeiro Grau e com as instituições parceiras mediante o compartilhamento de iniciativas, dificuldades, aprendizados e resultados;

IV – priorizar e discutir as demandas comuns a todos os Cartórios Eleitorais ou a significativa parcela destes e encaminhá-las, por intermédio da Presidência, às unidades competentes;

V – interagir permanentemente com o representante do Tribunal na Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, com a Assessoria de Planejamento Estratégico e de Eleições - ASSPE e com o Comitê Gestor da Estratégia – COGEST;

VI – propor projetos, eventos e outras ações que demandem o envolvimento do Comitê e/ou dos Cartórios Eleitorais;

VII – sugerir ações para o cumprimento das metas do Poder Judiciário Nacional e do Plano Estratégico do TRE/SP;



Priorização do 1º Grau da Justiça

A nossa meta é você

VIII – propor reuniões, encontros e eventos para o acompanhamento e desenvolvimento dos trabalhos;

IX – monitorar, avaliar e divulgar os resultados alcançados;

X – divulgar e disseminar as informações e deliberações acerca das atividades do Comitê;

XI – auxiliar na captação das necessidades ou demandas orçamentárias;

XII – auxiliar a elaboração da proposta orçamentária;

XIII – auxiliar a execução do orçamento, notadamente por meio do acompanhamento de projetos, iniciativas e contratações.

7) Informar necessidade de transmissão das informações das reuniões a todas as Zonas Eleitorais do Estado.

8) Informar manutenção do Conselho de Representantes dos Cartórios Eleitorais – Portaria TRE/SP n.º 53/2018.

9) Implantação do PJE 1º Grau

Dando seguimento aos trabalhos, a servidora Regina Rufino deu um breve panorama sobre o cronograma de implantação do PJE nas Zonas Eleitorais, ressaltando que, conforme Portaria TSE nº 344, de 08 de maio de 2019, a implantação se dará nas seguintes datas:

- Capital – 20 de agosto de 2019
- Demais Zonas Eleitorais – 22 de outubro de 2019

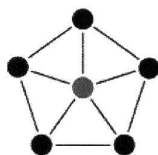
O Juiz Francisco Carlos Inouye Shintate externou a preocupação com a capacidade dos links de internet das zonas eleitorais e indagou se há previsão de fornecer links com maior capacidade de tráfego de dados para zonas eleitorais que nas eleições tenham a atribuição de recepcionar os processos de registro de candidatura, prestação de contas, representações por propaganda eleitoral irregular, etc.

Ainda, no tocante ao acesso dos magistrados ao sistema PJE, considerando que muitos juízes poderão acessar a partir dos gabinetes nos fóruns da Justiça Estadual, relatou que, de acordo com a política de segurança da informação do Tribunal de Justiça, é comum o bloqueio de arquivos que contenham vídeos/áudios e links e indagou se tal sistemática poderia vir a impossibilitar o acesso a mídias com informações sobre propaganda eleitoral, por exemplo.

Os presentes deliberaram no sentido de ser necessário submeter os questionamentos à Secretaria de Tecnologia da Informação, ficando a servidora Regina Rufino incumbida de realizar essa diligência com a previsão de rediscussão do tema na próxima reunião.

O Dr. Guilherme Ferreira da Cruz - Juiz da 6ª Zona Eleitoral – São Paulo – Vila Mariana, considerando que a Secretaria do Tribunal já investiu no treinamento dos servidores, propôs a realização de um encontro presencial dos juízes para apresentação do sistema PJE.

A servidora Maria Silvia Viana Dell'Agnolo Vivan - Coordenadora de Assuntos Judiciários e Fiscalização do Cadastro, relatou as providências adotadas para capacitação prévia dos servidores para utilização do PJE.



Priorização do 1º Grau da Justiça

A nossa meta é você

Informou que, conforme levantamento da Corregedoria, cerca de 80% dos processos que tramitam nos cartórios eleitorais são prestações de contas de campanha e de partidos e ressaltou que os cartórios foram orientados a, na medida do possível, reduzir o estoque desses processos antes da efetiva implantação do SEI, utilizando a técnica “faça um processo por dia”, simples, prática e muito eficaz. Relatou, ainda, que o TSE estuda a viabilidade de migração dos processos físicos para o PJE, mas ainda não há nada de concreto sobre o tema.

Sobre este ponto o Dr. Guilherme Ferreira da Cruz apresentou a proposta de que o Tribunal avalie a possibilidade de organizar “força tarefa” para auxiliar na análise desses processos e reduzir o estoque de processos.

O servidor Cláudio Cristiano Abreu Côrrea – Diretor-Geral - se comprometeu a estudar os dados referentes ao estoque de processos levantados pela Corregedoria, bem como o tempo estimado para conclusão dos trabalhos e as metas estabelecidas, para avaliar os casos em que se faz necessária a designação de força tarefa; neste momento, evidenciou a participação das equipes técnicas do TRE/SP em **todos** os grupos de trabalho da Justiça Eleitoral no território nacional, medida fundamental para conscientização, participação e motivação dos servidores deste Regional. A Secretária de Gestão de Pessoas se comprometeu a analisar a possibilidade de arregimentar funcionários de outros cartórios de municípios do entorno, se for o caso, preferencialmente de zonas eleitorais que já concluíram o processo de revisão do eleitorado.

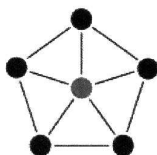
10) Panorama da Biometria

Dando continuidade dos trabalhos, apresentou-se o panorama da situação da biometria no Estado de São Paulo (anexo 1), oportunidade em que se ressaltou a relevância do envolvimento dos juízes eleitorais nas ações para chamamento de eleitores, visando o alcance das metas de cadastramento biométrico, avaliando a necessidade de realização de ações itinerantes e parcerias com órgãos públicos e entidades locais.

11) Metas 2020:

O Dr. Vitor Gambassi Pereira, na qualidade de Juiz Gestor de Metas, discorreu sobre a relevância da participação dos magistrados e servidores na consulta pública divulgada pela Justiça Eleitoral e solicitou aos presentes que replicassem para magistrados e servidores a importância da participação de todos no processo de definição das metas 2020, destacando que a pesquisa estará disponível até o dia 9 de agosto de 2019 (anexo 2).

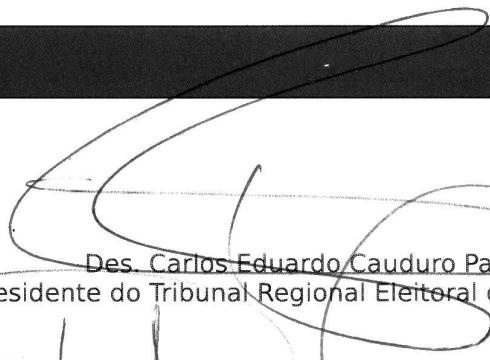
Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos.

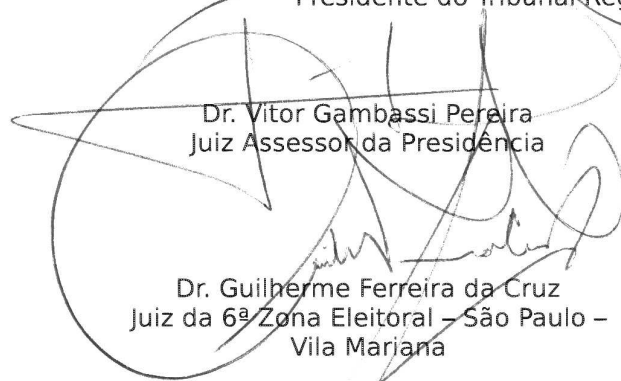


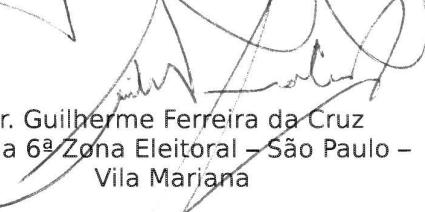
Priorização do 1º Grau da Justiça

A nossa meta é você

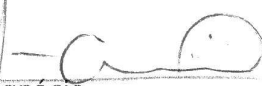
PARTICIPANTES

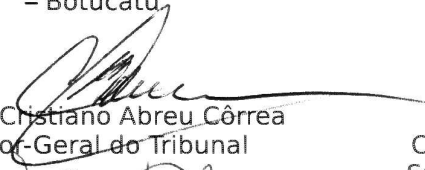

Des. Carlos Eduardo Cauduro Padin
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

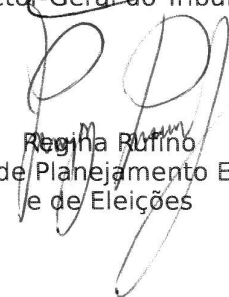

Dr. Vitor Gambassi Pereira
Juiz Assessor da Presidência

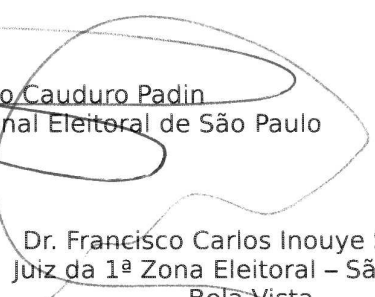

Dr. Guilherme Ferreira da Cruz
Juiz da 6ª Zona Eleitoral – São Paulo –
Vila Mariana


Paula Helena Batista Silva
Secretária de Gestão de Pessoas


Igor Ignácio
Chefe de Cartório da 26ª Zona Eleitoral
– Botucatu


Cláudio Cristiano Abreu Côrrea
Diretor-Geral do Tribunal

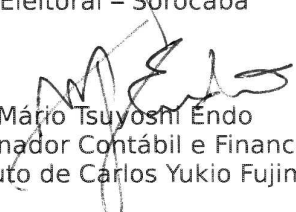

Regina Rufino
Assessora de Planejamento Estratégico
e de Eleições

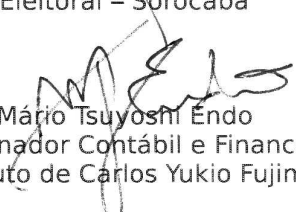

Dr. Francisco Carlos Inouye Shintate
Juiz da 1ª Zona Eleitoral – São Paulo –
Bela Vista

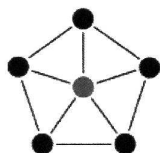
(ausência previamente justificada)
Dra. Ana Leticia Oliveira dos Santos
Juíza da 128ª Zona Eleitoral – São Luís
do Paraitinga


Paulo Eneas Rossi
Chefe de Cartório da 355ª Zona
Eleitoral – Cerquilha


Vivian Ariane Berton de Azevedo
Chefe de Cartório da 356ª Zona
Eleitoral – Sorocaba


Mário Tsuyoshi Endo
Coordenador Contábil e Financeiro
Substituto de Carlos Yukio Fujimoto


Maria Silvia Viana Dell'Agnolo Vivan
Coordenadora de Assuntos Judiciários e
Fiscalização do Cadastro
Substituta de Priscilla Carmo Lima Rico
Madureira



Priorização do 1º Grau da Justiça

A nossa meta é você

ANEXO 1

NÚCLEO DA ESTATÍSTICA DA GESTÃO ESTRATÉGICA

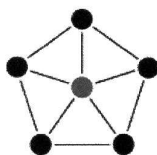
BIOMETRIAS REALIZADAS DESDE 01/01 a 26/07/2019		
ESTADO DE SÃO PAULO	TRE/SP*	TSE**
BIOMETRIAS	2.943.320	2.943.017
MUNICÍPIOS EM REVISÃO	2.208.154	2.207.851
MUNICÍPIOS COM ATENDIMENTO ORDINÁRIO	735.166	735.166
META***	7.528.838	7.528.838
% CUMPRIMENTO	39,09%	39,09%

** Dados extraídos do TSE: <http://www.tse.jus.br/eleitor/biometria/biometria-metas-2019>

*** Meta alterada em consonância com Caderno Descritivo do Programa de Identificação Biométrica do Eleitor 2018-2020 - TRE/SP

Todos os Municípios

QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS POR FAIXAS DE BIOMETRIZADOS			
% Biometrizados	Qtde. Municípios		Evolução
	04/02/2019	26/07/2019	
80-100	2	28	26
70-80	17	100	83
50-70	109	276	167
0-50	351	75	-276
TOTAL DE MUN	479	479	



Priorização do 1º Grau da Justiça

A nossa meta é você

Todas as Zonas
Eleitorais

QUANTIDADE DE ZES EM REVISÃO POR FAIXAS DE BIOMETRIZADOS

% Biometrizados	Qtde. ZES		Evolução
	04/02/2019	26/07/2019	
80-100	0	3	3
70-80	5	29	24
50-70	41	142	101
0-50	158	30	-128
TOTAL DE ZES	204	204	

Zonas Eleitorais do Grupo 2 – Término 30/08/2019

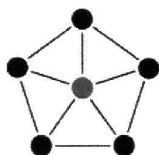
QUANTIDADE DE ZES EM REVISÃO POR FAIXAS DE BIOMETRIZADOS GRUPO 2

% Biometrizados	Qtde. ZES		Evolução
	04/02/2019	26/07/2019	
80-100	0	2	2
70-80	1	3	2
50-70	3	1	-2
0-50	2	0	-2
TOTAL DE ZES	6	6	

Zonas Eleitorais do Grupo 3 - Término 27/09/2019

QUANTIDADE DE ZES EM REVISÃO POR FAIXAS DE BIOMETRIZADOS GRUPO 3

% Biometrizados	Qtde. ZES		Evolução
	04/02/2019	26/07/2019	
80-100	0	0	0
70-80	1	4	3
50-70	4	1	-3
0-50	0	0	0
TOTAL DE ZES	5	5	



Priorização do 1º Grau da Justiça

A nossa meta é você

Zonas Eleitorais do Grupo 4 - Término 31/10/2019

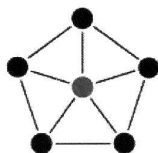
QUANTIDADE DE ZES EM REVISÃO POR FAIXAS DE BIOMETRIZADOS GRUPO 4			
% Biometrizados	Qtde. ZES		Evolução
	04/02/2019	26/07/2019	
80-100	0	0	0
70-80	0	6	6
50-70	7	10	3
0-50	9	0	-9
TOTAL DE ZES	16	16	

Zonas Eleitorais do Grupo 5 - Término 29/11/2019

QUANTIDADE DE ZES EM REVISÃO POR FAIXAS DE BIOMETRIZADOS GRUPO 5			
% Biometrizados	Qtde. ZES		Evolução
	04/02/2019	26/07/2019	
80-100	0	0	0
70-80	1	5	4
50-70	10	24	14
0-50	19	1	-18
TOTAL DE ZES	30	30	

Zonas Eleitorais do Grupo 6 - Término 19/12/2019

QUANTIDADE DE ZES EM REVISÃO POR FAIXAS DE BIOMETRIZADOS GRUPO 6			
% Biometrizados	Qtde. ZES		Evolução
	04/02/2019	26/07/2019	
80-100	0	1	1
70-80	2	11	9
50-70	17	106	89
0-50	128	29	-99
TOTAL DE ZES	147	147	



Priorização do 1º Grau da Justiça

A nossa meta é você

ANEXO 2



Formulário

Preencha o formulário abaixo e dê sua opinião sobre as metas nacionais e específicas a seguir elencadas.

Esclarecimentos sobre esta pesquisa encontram-se na "aba Metas".

- Resposta obrigatória marcada com sinal vermelho.

Identificação:

UF:

Sexo:

Idade:

Dentre as metas específicas elencadas abaixo, escolha qual você considera mais importante para a Justiça Eleitoral alcançar em 2020.



Realizar ações de incentivo à participação feminina no processo eleitoral.



Realizar ações de fortalecimento das políticas socioambientais e tornar os tribunais eleitorais mais inclusivos e acessíveis.



Downloaded from <http://ajphaphysocpubs.phapublications.org/> on November 10, 2015

Downloaded from <http://ajphaphapublications.sagepub.com/> at 11:06 11 September 2014



Downloaded from <http://ajphaphysocpharm.sagepub.com/> at 11:01 11 November 2014

Enviar